



**4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA
Curadoria do Consumidor**

ATA

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e onze, na 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania, realizou-se reunião, cuja abertura foi promovida pela promotora de Justiça de Petrolina, Bela Ana Cláudia de Sena Carvalho, secretariada por mim, Shirley Eianne de Sá y Britto, Técnica Ministerial. Presente os representantes da ADAGRO, Maria do Carmo Santos de Sá; da Vigilância Sanitária, Jarbas Costa de Oliveira; do Matadouro de Petrolina, Loivy G. Rodrigues e Nelson Minussi; o Delegado das Polícias Civis de Petrolina, Lamartine Salvador Fontes Filho; Edilson Coelho de Paula Franco, representante do EMPA; José Roberto do Nascimento, representante da AFAB – Associação dos Feirantes da Areia Branca; Centro de Zoonoses, Michelle Paschoal. Ausente o representante da APEVISA, Sr. Juracy. O tema da reunião foi a discussão sobre o matadouro de Petrolina, o abate clandestino e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal e derivados. Iniciada a reunião a Promotora de justiça passou a lembrar aos representantes do matadouro de Petrolina das obrigações firmadas na sentença proferida na ACP nº 233.2007.001168-0 para serem providenciadas pelo matadouro. Dos 10 itens listados na sentença, apenas os itens 3 (reforma do sistema de tratamento de água) e 7 (melhoria do funcionamento da caldeira) foram cumpridos na sua totalidade. No que se refere a reforma dos currais, ainda encontra-se em projeto com previsão de conclusão para 180 dias; a reforma da lagoa de estabilização, está com 90% realizado, faltando ser concluído em 180 dias; a reforma geral da triparia, da linha de vapor e da sala de abate estão 90% concluídos; No que se refere à necessidade de servidores (item 8), busca-se uma solução intermediária. Quanto aos itens 9 e 10, a Promotora de Justiça sugeriu que os representantes do matadouro procurem a CPRH, ADAGRO e APEVISA para que emitam laudo técnico informando quais as exigências necessárias para o Matadouro permanecer no local e quais as necessidades para ter a certificação. Com relação ao matadouro ficou como obrigação